


## Manuais, disciplinas e historiografia: o caso da introdução ao estudo da história (IEH) de João Wilson Mendes Melo<sup>1</sup>

*Manuals, Disciplines e Historiography: The case of introduction to the study of history from João Wilson Mendes Melo*

Matheus Oliveira da Silva

 <https://orcid.org/0000-0002-5928-6977>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Resumo:** O artigo analisa a concepção de *Introdução ao Estudo da História* formulada por João Wilson Mendes Melo, professor do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a partir do exame de seu manual homônimo e de programas de disciplinas introdutórias entre as décadas de 1960 e 1970. Para isso, mobilizam-se como fontes o próprio manual e programas de disciplinas introdutórias da época, com as quais manuais do tipo guardavam estreita relação. A análise evidencia que o manual reafirma uma concepção filosófica de história, sustentada na crítica documental e no método, ou seja, apresenta a história como um terreno de certezas. Somando isso à comparação com os programas, isso se traduz no fato de que a disciplina *Introdução ao Estudo da História* funcionou como espaço de preservação de tal concepção filosófica da história como um modelo formativo, mesmo quando o campo se diversificava nos anos 1970 e 1980.

**Palavras-Chave:** Introdução ao estudo da história. João Wilson Mendes Melo. Manual.

**Abstract:** This article examines the conception of Introduction to the Study of History developed by João Wilson Mendes Melo, a professor in the History program at the Federal University of Rio Grande do Norte, through an analysis of his eponymous manual and the syllabi of introductory courses from the 1960s and 1970s. The study draws on the manual itself and on contemporary course programs, with which such manuals maintained a close and reciprocal relationship. The analysis reveals that the manual reaffirms a fundamentally philosophical and normative conception of history, grounded in documentary criticism and methodological rigor, presenting history as a field of stable certainties. When considered alongside the syllabi, this evidence demonstrates that the Introduction to the Study of History

<sup>1</sup> Este texto é fruto da dissertação de mestrado “Saberes da disciplina, saberes da profissionalização: uma leitura sobre a institucionalização da História por meio de Introdução ao Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Natal (1963-1968)”, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Nela, a análise do manual tinha como objetivo compreender que vínculos ele estabeleceria em relação à disciplina de mesmo nome, implementada em 1963 no curso de História da então Faculdade de Filosofia de Natal. Aqui, além de outro objetivo, me utilizo de uma versão do manual que não fora trabalhada na dissertação, que foi a 2ª edição, e outras fontes, como uma entrevista do ex-professor João Wilson Mendes Melo e programas de disciplinas dos anos 1960, 1970 e 1980, que não estavam no escopo de fontes trabalhadas na dissertação. Por fim, a relação entre a publicação do manual e as mudanças ocorridas em algumas disciplinas introdutórias de outras instituições, a manutenção de perspectiva formativa pautada em elementos filosóficos taxados como pertencentes ao século XIX, em face de determinadas mudanças dentro do campo, não foi algo abordado na dissertação. É, na verdade, uma fração de uma ideia maior que está em desenvolvimento no momento, em pesquisa de doutorado.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

course operated as a space for the preservation of this formative model of historical knowledge, even as the broader historiographical field in Brazil began to diversify throughout the 1970s and 1980s.

**Keywords:** Introduction to the Study of History. João Wilson Mendes Melo. Manual.

O objetivo deste texto é delimitar a concepção de introdução à história<sup>2</sup>, estabelecida pelo ex-professor do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)<sup>3</sup>, João Wilson Mendes Melo<sup>4</sup>, em seu manual<sup>5</sup>, “Introdução ao estudo da história”, e situá-la historicamente em relação às configurações que algumas disciplinas introdutórias foram assumindo entre as décadas de 1960 e 1970. Na prática, isso se traduz não apenas em desvelar os conteúdos de sua brochura, mas também estabelecer relações entre eles e uma parte da tradição manualística e disciplinar, que caracterizou aquilo que se reconhece como os períodos da institucionalização e profissionalização da História, na Europa pela circulação de manuais de teoria e metodologia, e no Brasil pelo papel dos cursos superiores de História.

Essa problemática origina-se, como se verá, do fato de que havia, não só para os anos 1980, mas também para décadas anteriores, uma forma mais ou menos definida de como organizar esse saber, fosse em disciplinas acadêmicas, fosse em manuais de ensino. Assim, entende-se aqui como pertencentes à tarefa de “estruturar” questões como: quais conteúdos foram selecionados? Como foram dispostos? Quais diálogos estabelecem entre si? Qual a bibliografia mobilizada? Quais características discursivas podem ser identificadas?

Para tanto, utilizo a metodologia da *análise de conteúdo*, que, segundo Bardin (2016), consiste em

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrições de conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagem (BARDIN, 2016, p. 42).

<sup>2</sup> No decorrer do texto, utilizarei, além do próprio nome da disciplina, abreviações como “IEH” ou apenas “Introdução”. Também utilizarei o termo “disciplina” ao invés de “cadeira” quando me referir a ela em momentos anteriores à reforma universitária de 1968, apenas para fins de padronização.

<sup>3</sup> O curso de História que hoje pertence à Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi legalmente criado em 1956, por meio do Decreto 49.573 e reconhecido em 1959 através do Decreto n. 46.868. À época, o curso fazia parte da Faculdade de Filosofia de Natal, fundada em 1955. Em 1958 ela foi incorporada à Universidade do Rio Grande do Norte como instituição agregada, a qual foi, em 1960, federalizada. Em 1968 os cursos e docentes da Faculdade foram integrados à Faculdade de Educação pelo Decreto 62.380, o que simbolizou sua federalização. Para saber mais, ver: Nobre (2023), Oliveira e Souza (2020) e Silva (2023).

<sup>4</sup> João Wilson Mendes Melo nasceu em Mossoró/RN, em 3 de julho de 1921, e faleceu em 19 de maio de 2020, em Natal/RN. Em 1950 graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas, mas em 1958 inicia sua carreira como professor de História em nível superior na Faculdade de Filosofia de Natal. Vivenciou a estadualização e federalização da instituição, da qual se aposentou em 1988. Ao longo de sua trajetória na UFRN, também ocupou cargos como pró-reitor de assuntos estudantis (1975-1979). No âmbito estadual, também foi, em 1962, nomeado para o Conselho Estadual de Educação. Foi ainda sócio do IHGRN e ocupante da cadeira n. 25 da Academia Norte-Riograndense de Letras. Em 2018 recebeu da UFRN o título de professor emérito. Foi ainda escritor, ensaísta e jornalista, tendo publicado diversas outras obras como “A Cidade e o Trampolim” e “As Leituras e a Viagem”.

<sup>5</sup> Ao longo do texto, “Manual” será uma referência a manuais de teoria e metodologia da história.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Cumpra-se a tarefa aqui proposta por meio de dois momentos: primeiro, traço uma breve discussão acerca da categoria “manual” e, em seguida, apresento a análise do manual. Além disso, situo este texto no que compreendo como história do ensino superior de história, ou seja, um conjunto de estudos que se dedicam a historicizar elementos do referido nível dentro dos cursos superiores no país, tais como fundação e institucionalização de cursos, currículos, disciplinas, trajetórias de professores e alunos, entre outros. Assim, trazer para esse *hall* de temas o estudo dos manuais é também uma tentativa de ampliar o horizonte de investigações possíveis para além de outros campos, como a história da historiografia e/ou a teoria da história. Trata-se, então, de evidenciar o lugar de onde partem estes artefatos e natureza desses lugares, a saber, a universidade, o ensino e a formação de profissionais.

### Manuais de introdução, disciplinas e historiografia

Na historiografia, estudos vinculados a objetos que carregam o termo “manual” estão normalmente voltados para impressos de autores europeus dos séculos XIX e XX, período reconhecido como o da institucionalização e profissionalização da História, e que tratam de questões relativas ao domínio do que atualmente reconhecemos como Teoria da História e suas variáveis, como método histórico, filosofia da história e/ou historiografia, por exemplo<sup>6</sup>.

Recentes estudos têm lançado luz sobre esses artefatos, como é o caso de Freitas (2021, p. 44-57)<sup>7</sup>, que ao analisar um conjunto de manuais de teoria e metodologia da história, produzidos na Europa e na América entre 1870 e 1930<sup>8</sup>, demonstrou que eles foram concebidos a partir de (ou projetados para) aulas de História ministradas em diversas instituições de ensino superior e que tinham como objetivo formar profissionais que lidariam diretamente com representações do passado, incluindo professores de História para o ensino secundário, bibliotecários, arquivistas e paleógrafos.

De modo geral, esses impressos visavam informar, instruir ou demonstrar ideias de História, regras e princípios e elevar a História ao status de ciência, utilizando-se muitas vezes de conhecimentos da lógica e das ciências da natureza para tal.

Todavia, a conclusão do autor é que, para o período mencionado, não se pode falar em “manual” como singular-coletivo, dado que os escritores da época usavam uma multiplicidade de termos para se referir a esses impressos e as finalidades de escrita e recepção deles era consideravelmente heterogênea.

É dentro das finalidades propostas pelo autor que podemos demarcar as introduções à história. Quem exemplifica isso é Furtado Filho (2017, p. 180)<sup>9</sup>, que emprega sobre um

<sup>6</sup> Faço esta distinção em virtude da pluralidade de sentidos que o termo pode assumir em diferentes campos de pesquisa. No ensino de história, por exemplo, ainda temos “manual” como uma referência aos livros didáticos e/ou manuais do professor.

<sup>7</sup> Utilizo aqui o livro fruto de sua tese de doutoramento, defendida em 2019. Ver: Freitas (2021).

<sup>8</sup> Figuram no *corpus* do autor nomes como os de J. G. Droysen, Ernst Bernheim, Karl Lamprecht, Langlois e Seignobos, Gabriel Monod, Francisco Isoldi, entre outros. No total, são 50 impressos.

<sup>9</sup> Parte significativa dos autores de manuais arrolados em seu texto também foram analisados por Freitas (2021), mas claro, sob outra perspectiva. As diferenças se fazem sentir em nomes como Joseph Hours (1896-1963), Henri-Irénée Marrou (1904-1977), Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013) e Vavy Pacheco Borges. Essa distinção recai, como dito, nos objetivos de cada autor e em seus recortes temporais, que como se percebe, no caso de Furtado Filho (2017), ultrapassa a primeira metade do século XX.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

corpus menor de 12 títulos<sup>10</sup>, e temporalmente mais amplo (do final do século XIX até o final do século XX, no Brasil e na Europa), a noção de “manuais de iniciação aos estudos históricos”, elencando aqueles que “tiveram repercussão na formação brasileira de historiadores profissionais”, atribuindo a eles, pelas vias do uso e da apropriação, a dimensão do singular-coletivo, reforçada a partir de um padrão de organização interna:

Primeiramente, havia os esforços de definição: O que é História? O que é fato histórico? Seguiam-se as tentativas de situar o métier: É uma Arte? Uma Ciência? Uma Moral? Depois, vinham as seções dedicadas às interfaces com as ditas “disciplinas auxiliares” e aos procedimentos de crítica de autenticidade e autoridade dos documentos [...]. Frequentemente, o padrão de cientificidade ao qual tais manuais desejavam responder (ou se adequar) era o das chamadas ciências naturais (FURTADO FILHO, 2017, p. 181).

A identificação desse padrão tem, como dito, fundamento em um modelo de validade pautado nas ciências naturais e dialoga diretamente com o diagnóstico realizado por Freitas (2021) no que diz respeito ao uso de fundamentos lógicos para o estabelecimento da cientificidade da história.

Esses manuais têm uma relação íntima com as cadeiras e com disciplinas de mesma natureza, instituídas em diferentes lugares e momentos. Alguns deles resultam do registro das aulas de seu autor, quando elas eram conferências e preleções, também quando a história ainda passava pelo processo de institucionalização, fosse na Europa, fosse no Brasil dos séculos XIX e XX; ao passo que outros já foram publicados em um contexto no qual a cátedra e, posteriormente, a disciplina, ou seja, a institucionalização, já estavam consolidados ou em vias de tal.

No caso do Brasil especificamente, os programas das introduções – disciplinas que começam a surgir de forma mais sistemática e sob essa designação nos anos 1950 – ilustram bem isso. No curso da Faculdade de Filosofia de Natal, por exemplo, o programa de 1963, não por coincidência, é um espelho do manual aqui estudado. Nele encontramos exatamente tópicos que versam sobre a definição de história, o fato histórico, as ciências auxiliares, entre outros. Poderíamos inclusive sugerir que é exatamente nos anos 1960 que encontramos a maior parte das disciplinas introdutórias, cujos assuntos se baseiam ou foram baseados em manuais – em sua maioria estrangeiros – de teoria, introdução, metodologia e historiografia.

Essa organização interna atravessou os anos 1960, 1970 e 1980. No programa de 1968 do curso da Universidade Federal de Goiás, embora já com temas como “historiografia” e “historiografia brasileira”, encontramos tópicos como “História: conceito e definições”, “as ciências auxiliares da história” ou “as divisões da matéria histórica”.

No programa do curso da Universidade Federal da Paraíba, destinado à turma de 1972, tem-se “Origem e evolução da palavra história”, “a heurística”, “as ciências auxiliares da história”, “a história como filosofia”, entre outros. Já na disciplina de Introdução da

<sup>10</sup> Introducción al Estudio de la Historia (Ernst Berheim); Introducción al Estudio de la Historia (Wilhelm Bauer); Introdução aos Estudos Históricos (Charles Langlois e Charles Seignobos); Apologia da História. Ou o Ofício de Historiador (Marc Bloch); Introdução à história (Louis Halphen); O valor da história (Joseph Hours), Henri-Irénée Marrou (Do conhecimento histórico); Iniciação ao Estudo da História (Henry Steele Commager); O que é história (Vavy Pacheco Borges); Uma Introdução à História (Ciro Flamarion S. Cardoso); Uma iniciação ao Estudo de História (José Pedro Esposel); e Método, Teoria, Historiografia e Pesquisa, Disciplinas Universitárias (José Honório Rodrigues).



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de 1981, se constata, além dos já mencionados nos programas anteriores, “o fato histórico”, “a historicidade do documento” e “a noção de causa”, por exemplo<sup>11</sup>. Na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em seu programa de 1980, temos “as ciências auxiliares da história”; e na Universidade Federal de Santa Catarina, no programa de 1981, a “heurística”, a “crítica interna” e a “crítica externa”.

Nas disciplinas de Introdução dos anos 1980, aliás, período em que fora publicado o manual de João Wilson, ainda circulavam por elas títulos de estrutura semelhante. Na bibliografia do programa de 1981 do curso da Universidade Federal de Sergipe, estão listadas obras como “Introdução aos estudos históricos”, de Jean Besselar; “Introducción al estudio de la historia”, de Guilherme Bauer; e “Estudio de la historia”, de Bernheim. Os títulos de Bauer e Bernheim reaparecem no programa da Universidade Federal da Paraíba, que ainda conta com “Introdução aos estudos históricos”, de Langois e Seignobos e “Iniciação aos estudos históricos”, de Jean Glénisson. Este último, aliás, ao lado de “Introdução à história”, de Marc Bloch, é um dos manuais mais comuns nas bibliografias no início dos anos 1980<sup>12</sup>.

Isso não significa, no entanto, que os programas se concentrassem unicamente nos temas desses manuais, afinal, além desse tipo de documentação não nos permitir acessar as práticas em sala de aula, ele abrange uma diversidade de temas que vão da filosofia da história à historiografia, passando ainda por métodos de pesquisa. No caso da Universidade Federal do Paraná, por exemplo, o programa de 1981 de “Introdução à História I” tratava, dentre outros temas, da “historiografia brasileira do século XIX” e do “marxismo e sua influência”, enquanto “Introdução à História II” abordava as “perspectivas braudelianas da história” e da “historiografia brasileira na atualidade”.

É preciso considerar, por exemplo, que no caso brasileiro, os manuais oriundos da década de 1970 em diante apresentam arranjos internos que se diferenciavam do apresentado por Furtado Filho (2017) e, conseqüentemente, de textos que habitualmente apareciam nos programas de disciplinas introdutórias (e filosofia da história) que circulavam nos cursos de graduação de décadas anteriores aos anos 1980<sup>13</sup> - em Cardoso (1981) e Borges (1980), por exemplo, se pode flagrar uma disposição e nomeação dos assuntos e abordagens diferentes. Embora ainda partilhem de assuntos comuns, como a definição do que é e a cientificidade da história, a perspectiva de uma compreensão total do passado, uma finalidade da história ou uma compreensão da essência das coisas, como dos fatos e dos documentos, não era mais a tônica.

Isso se explica por uma série de fatores, como o afastamento da filosofia da história; a consolidação dos programas de pós-graduação; a conformação do campo historiográfico; ou o fato de que nos anos 1980, já se tinha de modo mais consolidado disciplinas que tratavam de questões relativas à pesquisa, diferentemente dos anos 1960, por exemplo, período correspondente à institucionalização massiva dos cursos de história em nível superior (SILVA, 2024; VASCONCELOS, 2007). De certa maneira, aquela comunidade que estava tentando se compreender em novos espaços como a universidade e com novas

<sup>11</sup> Ver: PETERSEN (1983).

<sup>12</sup> Estes dados foram obtidos através de uma análise quantitativa das bibliografias dos programas de IEH disponíveis em Petersen (1983) e que foi desenvolvida para este artigo. No total, foi possível realizar tal procedimento em nove documentos (esta foi a quantidade daqueles que, junto a suas ementas, anexaram suas respectivas literaturas), sendo eles correspondentes às seguintes universidades: UNISINOS, UFRN, PUC/RJ, UFPR, UFSC, PUC/SP, UFS e UFPB.

<sup>13</sup> Me refiro aqui aos clássicos de Bauer (1952), Glénisson (1961) e Rodrigues (1949).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

estruturas – didáticas, administrativas e legais – foi se consolidando e permitindo que novas preocupações surgissem em seu interior.

A memória sobre o ensino superior de história, e do campo histórico de modo geral, caminhou, inclusive, por essa vertente, ou seja, a da constante modernização, a da constante especialização e refino de suas bases epistemológicas, ainda quando se utilizando da crise como paradigma motor de tais mudanças (FRANZINI, GONTIJO, 2016; SANTOS, 2018; DE JESUS, 2020).

Assim a escrita de livros que apontavam para a história não mais como um campo de essências e certezas, mas sim de conflitos, de interesses, de diferentes sujeitos que não mais os “grandes homens” ou as elites, de uma meta-reflexão e de ensinamentos, foram dando a tônica da comunidade – neste sentido, podemos lembrar da nova história, da (história da) historiografia ou da história social, por exemplo.

Nesse cenário de mudanças, coexistiam, contudo, práticas e experiências que seguiam outros caminhos, como é o caso de João Wilson Mendes Melo, cuja carreira como professor na UFRN teve início na Faculdade de Filosofia de Natal, onde atuou como docente curso de História entre 1957 e 1988, mais especificamente nas cadeiras de história antiga e medieval, posição que ocupou até 1962, quando repassou os cargos a dois de seus ex-alunos e assumiu a recém-criada disciplina de Introdução.

O autor pertencia originalmente a uma geração de docentes tidos como fundadores do curso, havendo inclusive sobre ele o estabelecimento de uma memória que o elegeu como seu primeiro professor<sup>14</sup> e o primeiro a ministrar uma aula em ensino superior no estado. Parte dessa memória é constituída pela sua iniciativa em implementar a cadeira de introdução ao estudo da história, pela qual foi responsável a partir de 1963<sup>15</sup> (SILVA, 2023, p.67).

Nos anos 1980 surgiu na UFRN a coleção “Textos acadêmicos”, que publicava livros de professores de diferentes áreas da instituição, como dissertações e monografias, entre outros. Essa ação era promovida pela pró-reitoria para assuntos de extensão universitária – unidade que não existe mais sob esta designação – a partir de um “programa de estímulo ao trabalho intelectual”. Segundo a própria coleção,

A universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual, acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos “Banco de Estudos Universitários” e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica (MELO, 1982).

<sup>14</sup> Começou sua carreira na então faculdade de filosofia de Natal, lecionando história da antiguidade e da idade média.

<sup>15</sup> Não foi possível determinar com exatidão até quando permaneceu como professora da disciplina. Sabe-se, porém, que a partir de 1968 exerceu diferentes funções administrativas na UFRN (GALVÃO, 2018). Além disso, parte da memória estabelecida sobre João Wilson Mendes Melo veio de depoimentos/entrevistas que ele concedeu ao longo da carreira, nas quais afirmou que a ideia de implementar a disciplina surgiu de sua análise individual sobre o curso onde estava inserido. Contudo, sabe-se que ele esteve presente no I Simpósio de Professores Universitários, em 1961, quando se debateu, dentre outras coisas, questões relativas à implementação de Introdução. No ano seguinte, em 1962, o recém-fundado Conselho Federal de Educação publicara o parecer 377, que padronizou os currículos dos cursos superiores de história, tornando a disciplina obrigatória. Além disso, sabe-se que outros cursos no país já a possuíam desde os anos 1950.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O projeto tinha como intenção conferir à produção acadêmica outros sentidos e significados a partir de sua circulação. Assim, eram selecionados trabalhos considerados significativos em suas respectivas áreas e, no caso da história, podemos citar alguns como “A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934”, de Marlene da Silva Mariz; ou “A mão-de-obra e o sistema fundiário em “cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas”” de Wicliffe de Andrade Costa.

Neste contexto, em fevereiro de 1982 foi publicada, de autoria João Wilson Mendes Melo, a primeira edição do livro “Introdução ao estudo da história”<sup>16</sup>, resultado de sua experiência como docente – em entrevista concedida em 2005 ao programa “Memória viva”<sup>17</sup>, da televisão universitária da UFRN (TVU), ao comentar sobre a experiência de escrita, afirmou o autor que “com o passar do tempo” passou “a escrever as aulas e publiquei uma introdução ao estudo da história” (MELO, 2005)<sup>18</sup>.

O título foi publicado no segundo ano do projeto sob o número 172 da coleção, possuindo 218 páginas e ainda ganhou outras três edições (1984, 1988 e 1998), porém não mais vinculadas ao projeto universitário “Textos acadêmicos”. Não é aqui minha intenção fazer uma comparação entre elas, mas, de modo geral, o que se pode constatar é que a cada publicação os livros ganhavam algum tipo de atualização – um capítulo novo; mudava-se o título e/ou a ordem de algum tópico. Nas palavras do próprio autor:

O livro já está na quarta edição [...] e a cada edição eu acrescento um capítulo novo, dada a evolução do estudo [da] história, que passou de ser uma história factual, só o fato, a data etc. para ser uma história de resultados, o legado de cada país, né? Uma história de resultados, aquilo que realmente o povo soube fixar, e não o nome do seu general, a data de não sei o que... Isso entra no século [...] então eu tô [incompreensível] com essa fase de estudo, que está sempre em evolução, sobretudo pelos professores franceses da escola dos annales. Eu me atualizei muito com a escola dos annales, consegui muitos livros deles e escrevi essa introdução ao estudo da história que está aí (MELO, 2005).

Há de se considerar que as edições testemunham momentos distintos. O livro, que é concebido como um projeto de divulgação, ganha com o passar do tempo outra finalidade, a saber, o preparo dos alunos de graduação. Não se quer dizer que ele não pudesse ou não tivesse também tal finalidade, mas na terceira edição, lemos que:

Este livro é uma contribuição às tarefas escolares dos alunos universitários de história. Desejamos indicar temas para uma formação introdutória, demonstrando o conteúdo de cada um, numa iniciação que se completará com a busca de conhecimentos nas obras constantes da bibliografia apontada e que nos orientaram e influenciaram (MELO, 1988, p. 9).

<sup>16</sup> Esta versão não foi trabalhada na dissertação.

<sup>17</sup> Inaugurado em 1980 com objetivo de entrevistar “figuras de destaque na vida social, política, econômica e cultural do Rio Grande do Norte, visando à fixação das matrizes do pensamento de cada um” (CALADO; MELO; 2018, p. 554). Foi uma iniciativa do então reitor Diógenes da Cunha Lima Filho.

<sup>18</sup> Outras marcas dessas correspondências podem ser identificadas na similaridade entre os assuntos do primeiro programa da disciplina de Introdução, de 1963, e os do livro; e o fato de que o primeiro capítulo possui uma nota de rodapé, na qual o autor afirma que aquele texto, especificamente, fora fruto de uma conferência por ele proferida na faculdade de filosofia, em 1963.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Essa mudança de perspectiva guardava a simbologia da despedida de seu autor, uma vez que, publicado em 1988, coincidiu com o momento de sua aposentadoria e com as comemorações dos 30 anos do curso de História<sup>19</sup>, o que pode ser atestado pelas palavras do autor:

é, enfim, este trabalho o único meio que encontramos de permanecer por mais tempo nas classes, de não nos ausentarmos inteiramente de tantas convivências gratas que se multiplicam a cada ano, renovando-nos no contato da sua juventude e das novas amizades (MELO, 1988, p. 9).

Já a edição de 1998 sugere uma rememoração aos 10 anos da aposentadoria de João Wilson, já que estamos a falar de um indivíduo que teve uma forte inserção em sua instituição, tendo pertencido a um quadro de professores muito simbólico e de ter atuado política e administrativamente não só dentro do curso, mas também na própria UFRN.

Retornando à primeira edição, objeto deste texto, ela conta com 17 capítulos<sup>20</sup>, os quais se caracterizam por desenvolver pequenas lições de história – alguns poucos capítulos contam com um número próximo a 20, e a maior parte entre 8 e 15 páginas; e todos eles são divididos em subitens, cada qual com uma média de 1 a 3 páginas. Elas têm como marca a definição de seus respectivos temas; estão repletas de exemplos, em sua maioria organizados a partir do modelo quadripartite; citam referências bibliográficas; e apresentam uma linguagem propositiva, em algumas passagens quase como textos injuntivos.

Outrossim, a própria escrita do autor é uma evidência para o que se acaba de apontar, uma vez que ela tenta expressar certo grau de precisão no que diz respeito à conceituação (dizer o que é; o que aborda; o que se compreende em/a partir de cada tema) e instrução (orientar quanto a como se deve entender/operacionalizar determinadas práticas e ideias) no trato com os temas.

Ao longo de todo o manual, encontram-se diversos parágrafos que se iniciam por afirmações bastante taxativas. O que de certa forma em um primeiro momento se entenderia como uma tese e/ou tópico frasal (e com isso poderíamos afirmar que o texto nada mais seria do que apenas um texto bem escrito), aqui é tencionado para se perceber uma preocupação instrutiva. Em dado momento, por exemplo, ao discorrer sobre os fatos, diz João Wilson que a eles “o adjetivo ‘histórico’ será acrescido ao fato, se as consequências forem sensíveis ao homem que está, pois, engajado num encadeamento” (MELO, 1982, p. 123).

Os exemplos seguem: ao ocupar-se das causas dos fatos históricos, no item 5.1, “a causa primeira”, se anuncia que “a filosofia cristã, sobretudo, responde que é Deus” [a principal explicação para os fatos históricos] (Melo, 1982, p. 31)<sup>21</sup>, ou seja, sem hesitações, o leitor deve partir de tal premissa. Já ao discorrer sobre o ensino da história, João Wilson

<sup>19</sup> Sobre os marcos temporais do curso de História da UFRN, ver: Oliveira e Souza (2020).

<sup>20</sup> I – Introdução; II – Evolução do conceito de História; III – Objeto e conteúdo da História; IV – Caráter científico da História; V – Etapas do desenvolvimento da História; VI – Considerações antigas e modernas sobre o tempo na História; VII – Periodização; VIII – As determinantes geográficas da História; IX – A erudição e a autenticidade da História; X – História e pesquisa; XI – Filosofia da História; XII – O historiador e o testemunho; XIII – O historiador e a história como arte e como ciência; XIV – A escola francesa ou dos “Annales”; XV – O problema da operacionalidade da História; XVI – Visão contemporânea da História e a compreensão do mundo pelo historiador; XVII – Final.

<sup>21</sup> João Wilson seguia os preceitos da religião cristã católica, no entanto, este aspecto de sua vida e sua relação mais profunda com seus posicionamentos como professor de Introdução não foram aqui abordados, pois merecem maiores investigações, especialmente no que diz respeito a fontes que possam lançar luz a respeito disso.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

afirma que “o conteúdo histórico no ensino deve ser mesclado de um dos métodos básicos com outros, em vista do grau de aprendizado em que se ministram aulas” (Melo, 1982, p. 53). E, por fim, quando explica qual é o objeto da história, é taxativo na primeira linha do primeiro parágrafo do terceiro capítulo: “O objeto da história é o homem” (MELO, 1982, p. 44). Portanto, verbos como “dever”, “precisar”, “ser”, “ter”, entre outros, se tornaram indicativos da maneira como se estabelece uma linguagem introdutória no manual<sup>22</sup>.

Diretamente relacionado a isso estão as diversas passagens nas quais João Wilson apresenta definições de conceitos. Ao explicitar o que é História, afirma: “[...] preferimos fixar o seguinte conceito: História é o estudo sobretudo dos atos humanos, individuais ou coletivos, ocorridos no tempo e no espaço, no seu desenvolvimento e encadeamento causal visando a compreender o homem para influir no seu destino” (MELO, 1982, p. 42). Outro momento representativo de tal característica é quando, ao definir o termo heurística, afirma:

Todos os estudos e considerações, desde a tarefa que se impuseram os colecionadores às técnicas de investigação e de crítica, ao estudo atual da pesquisa histórica, podemos designar sob a denominação de heurística. Ela é, pois, o conhecimento das fontes, ou, por outra forma seu estudo e classificação (MELO, 1982, p. 127).

Os trechos – das afirmações quase que injuntivas até as definições conceituais – atribuem a tarefa de introduzir clareza e objetividade: sintetizar, definir, apontar caminhos, estabelecer interdições, constituir bibliográfica de referência, entre outros atributos.

Outra marca da escrita é a utilização de determinados esquemas lógicos, o que, neste caso, liga-se com uma certa ontologia do autor. Ao defender o caráter científico da história, por exemplo, João Wilson afirma:

Os opositores a essa ideia moderna, apontando a vulnerabilidade das ações humanas, afirmam que a História nunca poderá formular leis, pois os fatos estão sujeitos a alteração pelo pensamento e pela ação dos homens, mutáveis conforme a sua natureza, o seu ambiente, o meio físico em que vivem etc. Isso seria verdadeiro se considerássemos apenas uma História narrativa ou pragmática. Mas, se consideramos uma História que é processo de investigação, especulação, triagem do que está comprovado o desprezo do puramente lendário; História que verifica o encadeamento dos fatos, que faz comparações e somente afirma o que não é passível de dúvida, teria, indiscutivelmente, um caráter científico (MELO, 1982, p. 61).

No trecho, vemos como a relação premissa-realização é fundamental para se sustentar a ideia daquilo que é científico. Esta, como dito, é uma marca que percorre os capítulos do livro. Em outra passagem, observamos o mesmo esquema: “sendo o homem o objeto da história, para observá-lo no passado temos que analisar os fatos em que ele está envolvido” (Melo, 1982, p. 116), em que “sendo” e “temos que” corresponderiam a “se... logo”.

Ademais, há uma maneira como o autor parece tentar “interferir” em nossa leitura, sempre por meio de questionamentos, seja como forma de introduzir os tópicos, seja para

<sup>22</sup> Trato isso, ainda, sob a hipótese de que tais afirmações poderiam guardar alguma relação com suas aulas escritas – muito provavelmente com suas anotações, as quais podem ter sido escritas em tópicos, cuja natureza aponta justamente para essa objetividade.



apresentar uma ideia. O livro, aliás, é inaugurado sob essas condições. Se questiona seu autor no primeiro capítulo: “Por que estudarmos hoje as coisas do passado, quando não podemos sequer satisfazer as curiosidades pelas coisas que nos cercam, por aquelas com as quais estamos em contato todos os dias e que são de interesse imediato?” (Melo, 1982, p. 4). A indagação resulta na ideia de que um pensamento assim organizado é testemunha de uma mentalidade de uma época marcada pela economia e pela técnica.

Outra importante constatação a se ressaltar aqui diz respeito à presença de outras referências que permeiam o livro do ex-professor potiguar, tais como “citar” de Jean Glénisson ou “Teoria da História do Brasil”, de José Honório Rodrigues. Mais do que apenas figurar na lista de referências ao final do livro, aspectos dessas obras podem ser flagrados na própria do tecitura do texto, fato que não se dá por acaso.

Em primeiro lugar, vale lembrar que esses eram os nomes que constavam na bibliografia do programa da cadeira de Introdução em 1963. Como se demonstrou em Silva (2023), os programas de Introdução foram constituídos a partir da reunião de temas/tópicos de tais referências. Logo, é isso que provavelmente explica o fato de a obra resguardar uma composição tão marcada por esses autores<sup>23</sup>. Assim, programa e manual foram compostos com base na aglutinação de tópicos, cuja natureza perpassaria aspectos que iriam das questões metodológicas à filosofia da história<sup>24</sup>.

Em segundo lugar, durante as décadas de 1950 e 1980, eram poucas as produções cujas preocupações fossem compatíveis com a elaboração de sínteses ou diretrizes quanto a uma introdução à história, o que somado à concepção objetiva de História que o autor possuía, resultou no fato de que, por exemplo, a maior da bibliografia listada por João Wilson é composta por títulos que remente à filosofia da história.

Por fim, e talvez o mais significativo, esses poucos escritos não podem ser vistos apenas como respostas a uma carência que se anunciava à época, a qual consistia no frágil preparo teórico e metodológico dos historiadores em formação nos cursos superiores. Títulos como os de Rodrigues (1949), Besselar (1957) e Glénisson (1961) funcionaram, também, como projetos de afirmação e veiculação de uma matriz de introdução. A despeito de suas diferenças, elas encontraram recepção em João Wilson, na medida em que compactuam sua premissa de entender, organizar e apresentar a história como uma certeza.

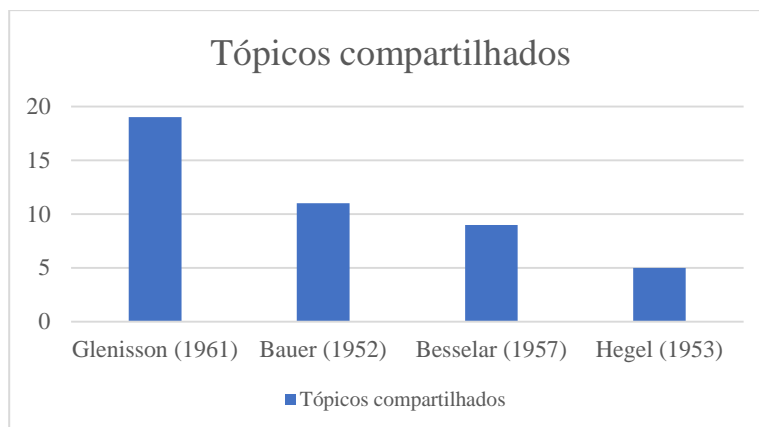
De forma quantitativa, isto se demonstra da seguinte maneira:

<sup>23</sup> O que não significa que ao menos Glénisson – e José Honório Rodrigues, que embora não quantificado aqui, serviu como referência a João Wilson – não figurasse nas disciplinas introdutórias nos anos 1980.

<sup>24</sup> Ao enfatizar essa característica de aglutinação/agrupamento não quero insinuar que João Wilson Mendes Melo tenha elaborado um livro sem qualquer reflexão ou criticidade e que, assim, ele seria uma simples cópia daquilo que circulava no país, afinal, como se discorrerá logo a seguir, ele possuía marcas muito singulares, como sua visão filosófica da história. Ao contrário, o registro de tal atributo pode ser valioso à reflexão sobre a constituição histórica do nosso campo, na medida em que revela um modo de escrita tensionado por uma conjuntura, ou seja, o fato de, à época, não se possuir uma longa tradição escrita sobre o assunto no Brasil e como isso levou determinados sujeitos a adotar certas *estratégias* (CERTEAU, 1982) a fim de responder demandas de seu tempo.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor (2025).

Os números acima levam em consideração a presença de tópicos de mesmo nome ou de nomes similares, mas que cujo conteúdo permitisse identificar a transposição da obra de referência para o livro de João Wilson. Assim, foi possível verificar que Jean Glénisson forneceu uma parte significativa da estrutura do manual. Ele foi trazido para o texto de João Wilson quando este quis discorrer sobre questões como a geografia histórica; as características que o fato assume no tempo; bem como a dimensão humana em sua construção do fato e na construção daquilo que compreendemos como fonte. Além disso, também foi útil para demonstrar como o historiador utiliza recursos, como a imaginação e a experiência, para preencher as lacunas presentes na pesquisa.

Já Bauer é referenciado para explicitar que as leis, ainda que deem a tônica científica da História, não a controlam totalmente. Também seu pensamento incide sobre as ciências auxiliares, a classificação dos fatos históricos e a geografia histórica. Este último item, aliás, é um ponto em comum com José Honório Rodrigues e Hegel. No caso do autor brasileiro, ainda se acrescenta a discussão sobre a erudição histórica como forma de constituição da ciência e questões metodológicas, como o emprego das críticas interna e externa. Hegel, por outro lado, é o que menos aparece diretamente, mas foi o que talvez mais tenha subsidiado a escrita do manual/disciplina, uma vez que seu pensamento engloba uma forma de conceber a História dentro de um sentido.

Esse aspecto do pensamento de Hegel encontrou em Melo (1982) plena acolhida. Para o autor, a função da História é, antes de tudo, possibilitar a compreensão do presente e da nossa atual condição de vida. Por isso, conhecer o passado se torna necessário: é a partir dele que se pode alcançar uma visão total da humanidade no tempo. A pluralidade de culturas, quando observada em perspectiva histórica, revela-se como partes de um quebra-cabeça maior, cuja montagem sugere a existência de um todo inteligível — uma história universal. Tal concepção remete diretamente ao pensamento hegeliano, particularmente à obra *Lições de Filosofia da História* (edição de 1953, publicada em espanhol), na qual o processo de formação da consciência humana é pensado de modo contínuo e necessário. Nessa chave interpretativa, os acontecimentos históricos não ocorrem ao acaso, mas exprimem uma racionalidade interna orientada por uma “causa primeira”, ou seja, por Deus. Para Hegel, todos os sistemas filosóficos são produtos de seu tempo, e, ao analisá-los historicamente, é possível reconstruir uma narrativa do progresso humano. Melo, nesse sentido, adere à ideia de que entender quem somos hoje implica reconhecer esse



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

desenvolvimento histórico contínuo, no qual a consciência não possui um ponto fixo de partida ou chegada, mas se realiza como movimento.

Nessa lógica, a História, tal como concebida por Melo (1982), não é apenas um campo de investigação humana, mas uma realidade dotada de sentido e finalidade. Esse sentido não se esgota nas ações humanas nem nos fenômenos sociais isoladamente, pois tem por origem algo que os transcende — a causa divina que organiza os fatos. Daí decorre sua concepção de *Introdução ao Estudo da História* como um saber-fazer específico: ao historiador cabe dominar procedimentos que lhe permitam desvendar esse sentido inscrito nos acontecimentos. Assim, ainda que a pesquisa histórica opere sobre fontes e documentos, ela se estrutura sobre a premissa de que esses materiais contêm uma verdade objetiva a ser descoberta, e não construída. A razão, a liberdade e a crítica — elementos centrais ao ofício do historiador — operam, portanto, dentro de um horizonte previamente traçado. Mesmo o livre-arbítrio humano está, em última instância, vinculado à direção teleológica da História. Nesse modelo, investigar o passado é também desvelar um plano superior.

Essa leitura do ofício histórico se articula ainda a uma determinada concepção de ciência, segundo a qual a História só pode ser considerada um saber legítimo se for capaz de formular leis. Em diversos trechos do manual, Melo apresenta a explicação histórica como resultado de um processo de verificação e encadeamento lógico dos fatos, aproximando o historiador de um cientista que trabalha com hipóteses, provas e demonstrações. Contudo, o próprio autor parece reconhecer que essa estrutura rigorosa não dá conta da totalidade do fenômeno histórico. Em diálogo com outros manuais, Melo admite que há elementos da realidade passada que escapam às leis gerais e que desafiam a pretensão de uma explicação universal. É nesse ponto que a reflexão de Bauer (1952) ganha relevo.

Al historiador de lo individual no se le ocurre, ciertamente, considerar los fenómenos históricos como exentos de causa. Se esfuerza también por explicarlos causalmente, pero no debe extender su significación causal de ninguna manera hasta el punto de enunciar que allí donde se dé esa misma causa se ha de dar la repetición del fenómeno. Narra un proceso que, bajo determinadas condiciones, se ha efectuado como algo necesario. Pero el "cuándo" y el "cómo" se dieron esas condiciones, se sustrae a la ley de causalidad. Por lo tanto, también, incluye en sí lo singular. Ahora bien: los procesos históricos constituyen fenómenos muy complejos, en los cuales tanto lo psíquico como lo físico pueden actuar como causas. Si mediante un análisis, más penetrante cada vez, de las enmarañadas relaciones causales, nos fuese dado desligar de las mismas las causas que habían condicionado causalmente el fenómeno histórico de Alejandro Magno, habríamos determinado tan exactamente el objeto lógico, que podríamos comprobar, con la más absoluta seguridad, que sólo Alejandro y ningún otro podía entonces llegar hasta la India, intentar fundamentar el dominio mundial helénico, etc. (BAUER, 1952, p. 48).

Segundo o autor, embora o historiador deva buscar explicações causais para os fenômenos históricos, nem todos os eventos são repetíveis ou plenamente condicionados pelas mesmas causas. Ao narrar um processo, o historiador identifica determinadas condições que o tornam necessário, mas o “quando” e o “como” essas condições se deram



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

fogem à lei de causalidade. Há, portanto, sempre uma dimensão do singular e do não-reproduzível nos fatos históricos, marcada pela complexidade das causas, que podem ser tanto físicas quanto psíquicas. A título de exemplo, Bauer propõe que, mesmo que se desvendassem todas as causas que levaram Alexandre Magno a alcançar a Índia, essa trajetória ainda assim não poderia ser atribuída a qualquer outro indivíduo. A singularidade, nesse caso, não elimina a causalidade, mas relativiza sua aplicação. Essa inflexão crítica ressoa na própria obra de Melo, na medida em que reconhece, por vezes, o limite das leis diante da particularidade dos acontecimentos, abrindo assim uma possível tensão no interior do próprio manual.

De toda forma, a obra sustenta a importância do trabalho técnico do historiador, entendido como uma prática científica voltada à revelação da verdade. A investigação, a especulação e a verificação dos fatos são concebidas como etapas fundamentais no processo de conhecimento histórico. Nesse percurso, o documento ocupa papel central. Considerado uma amostra material do passado, ele deve ser examinado com rigor: a crítica externa se encarrega de verificar sua autenticidade; a crítica interna, por sua vez, busca compreender a veracidade de seu conteúdo, lançando mão de procedimentos hermenêuticos e do domínio do vocabulário e dos contextos próprios de cada época. Ambas as críticas são orientadas pela dúvida, que acompanha o historiador na construção de sua interpretação. Tal como apresenta o manual, é por meio dessas técnicas que se pode alcançar a verdade histórica e, com isso, captar o sentido da História em sua totalidade.

A História, nesse quadro, aparece como uma via de acesso ao destino da humanidade — de onde ela veio, para onde vai —, sendo o historiador o agente que, ao interrogar o passado com as ferramentas apropriadas, pode lançar luz sobre as grandes questões da existência. A pesquisa, portanto, não apenas organiza os dados do passado, mas permite ao historiador desvendar o fundamento último da realidade humana, que, como vimos, está ancorado numa ordem superior. A técnica, longe de ser neutra, é orientada por essa busca de sentido, constituindo-se, ao mesmo tempo, como método de investigação e expressão de uma concepção de mundo.

Estas e outras ideias, analisadas com auxílio da *análise de conteúdo* (BARDIN, 2016), permitiram verificar que os assuntos abordados por João Wilson apresentavam polos comuns, ou seja, poderiam se vincular em razão de certos assuntos, os quais foram definidos como: 1) fundamentos<sup>25</sup>; 2) histórias de<sup>26</sup>; 3) objeto<sup>27</sup>; 4) ofício<sup>28</sup>; e 5) operação<sup>29</sup>.

A reunião destas áreas conformaria, num primeiro momento, aquilo que mais acima denominei como *saber-fazer*. Por que sua Introdução é um saber fazer? Porque se a História está lá, dada, e o que nos acabe é apreendê-la, a grande preocupação se torna como fazer isso, o que por sua vez direcionaria o estudante não apenas a métodos – que responderia numa primeira instância de forma mais direta a tal pergunta –, mas também ao conhecimento da essência da história. Por isso uma perspectiva metafísica da história, na qual se vai às mais diferentes nuances dos fatos – o que é? Como é causado? Como é exposto? O que observar nele?

<sup>25</sup> Esse eixo reúne assuntos que responderiam à seguinte questão: a partir de que, idealmente falando, o historiador faz História?

<sup>26</sup> Reúne assuntos que tratam da historicização de elementos do método/do ofício.

<sup>27</sup> Esse eixo reúne assuntos que responderiam à seguinte questão: com o que trabalha o historiador?

<sup>28</sup> Reúne assuntos que tratam das ações do historiador como profissional e/ou da sua relação com o outro/algo.

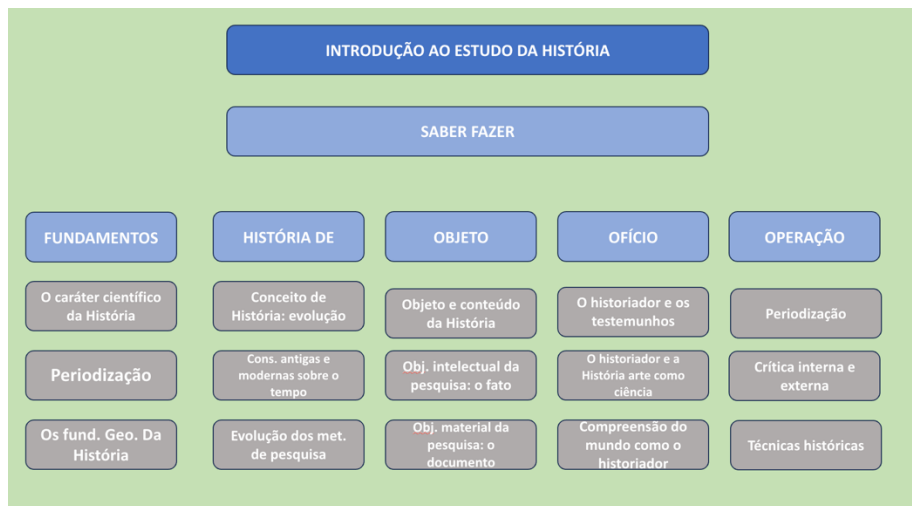
<sup>29</sup> Esse eixo reúne assuntos que responderiam à seguinte questão: como o historiador faz, tecnicamente, História?



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Isso exposto, corresponderiam às cinco categorias os seguintes assuntos (títulos de capítulos):

Figura 2 – Categorização dos assuntos do manual por eixos.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de Melo (1982).

O valor do quadro acima reside em dar visualidade ao fato de que João Wilson, e consequentemente a disciplina de Introdução dos anos 1960 e seu manual de 1982, compreendiam a história como um terreno de certezas, perspectiva que foi sofrendo contrações ao longo do tempo conforme outras vertentes de pensamento foram ganhando espaço. Neste sentido, vale destacar, por exemplo, que o livro figurou nos programas de Introdução da UFRN em diferentes momentos, como no de 1982, quando a disciplina, já muito diferente daquela de 1963 e ministrada por Maria Ferdinanda Silveira Soriano da Cruz<sup>30</sup>, o referenciava em sua bibliografia básica<sup>31</sup>, dividindo espaço com outras referências de aspectos convergentes, como “A ideia de História”, de Collingwood; ou “Introdução à história”, uma obra, segundo seu próprio autor, de filosofia da história, mas também com títulos que versavam sobre o marxismo e os annales<sup>32</sup>.

Este fenômeno não foi, aliás, uma exclusividade do curso de História da UFRN<sup>33</sup>. Aspectos similares podem ser encontrados em outras experiências, como no curso da faculdade de filosofia da universidade da Bahia, onde o programa de “Introdução metodológica à história”<sup>34</sup> de 1962 valorizava os fundamentos epistemológicos da disciplina, o que se expressa por tópicos dedicados à conceituação da História, sua cientificidade e seu método. Esses temas aparecem desde o primeiro item do programa, que trata da origem e

<sup>30</sup> Tornou-se professora do curso em 1976 quando alguns ex-alunos assumiram a mesma função na instituição, marcando uma mudança no quadro de professores em relação à geração considerada como pertencente à fundação do curso. Este foi considerado um marco na história do curso, dado que representou o ingresso de professores especializados, diferenciando-se daqueles cuja formação advinha de outras áreas (NOBRE, 2023).

<sup>31</sup> Contudo, ela não ficou restrita à UFRN. Na já referenciada entrevista, o ex-professor afirma que o livro foi adotado no Nordeste e na Universidade de Brasília, mas sem especificar

<sup>32</sup> Ver a bibliografia completa em: Petersen (1983, p. 19).

<sup>33</sup> As reflexões apresentadas a partir daqui são oriundas da atual e já referenciada pesquisa em desenvolvimento junto ao PPGH/UFRN, incorporando assim documentos não abordados na dissertação.

<sup>34</sup> No contexto das primeiras implementações de *disciplinas* introdutórias no ensino superior brasileiro há ainda uma subdivisão possível, determinada pela distinção entre aquelas que se preocupavam com o estabelecimento do estatuto de cientificidade da história e aquelas voltadas para questões metodológicas, como é o caso da experiência da “introdução metodológica” da universidade da Bahia.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

evolução da metodologia histórica, enquanto na UFRN compõem a Unidade I, dedicada à “Iniciação”.

Ainda nos anos 1960, na UFPE, o programa de 1966 também apresentava uma predominância de pontos filosóficos e voltados ao fazer e interpretar a história, como “modernas tendências da metodologia histórica”, “da filosofia da história”, “o providencialismo”. Por sua vez, o programa utilizado na faculdade de filosofia de Maceió, em 1968 trazia “a causalidade e conhecimento histórico”, “ciências auxiliares”, “filosofia da história” e ainda “teologia da história”, dentre outros – de modo geral, os programas permitem verificar um perfil na década de 1960, demarcado pela filosofia da história e do empiricismo como formas de compreender, fundamentar e se fazer história.

Contudo, esse aparente corpo homogêneo delineado pelos programas contrastou no mesmo período com diferentes concepções acerca daquilo que deveria ser uma introdução, na medida em que a disciplina fora sendo implementada nos cursos superiores pelo país, vide os intensos debates realizados no primeiro simpósio de professores universitários, ocorrido em 1961. No evento, podia-se flagrar pontos de vistas distintos, tais como: o momento em que ela deveria ser ofertada (no primeiro ou no segundo ano do curso?); quais seriam seus saberes (história da historiografia ou análise de problemas?)<sup>35</sup>.

Já no ano seguinte, em 1962, o parecer 377 do Conselho Federal de Educação, que normatizou os currículos mínimos dos cursos superiores de história, esboçou uma IEH assim entendida<sup>36</sup>:

Preferimos manter a denominação "Introdução aos estudos históricos" para a disciplina de método, proposta que foi em muitas sugestões e atualmente incluída nos cursos de História. Esta introdução à História abrangerá sua conceituação, discussão de seu método, natureza do conhecimento histórico, a investigação metódica dos testemunhos e a crítica dos documentos, e demais aspectos (BRASIL, 1962, p. 47).

Vejamos que, de acordo esta caracterização, IEH trataria em primeira instância de método e seus possíveis desdobramentos. Trata-se de uma idealização abrangente, afinal, era um currículo mínimo, mas que também mantinha aberta as possibilidades de debate sobre o que seria ensinado.

A maior prova disso foi que, cerca de seis anos depois, em 1968, em Nova Friburgo-RJ, ocorreu o primeiro encontro brasileiro sobre introdução ao estudo da história. Na iminência da reforma universitária, a comunidade de (alguns) professores<sup>37</sup> se reuniu para repensar a disciplina sob três eixos, sendo eles: “levantamento e discussão dos problemas relacionados com a matéria e os assuntos correlatos”; “divulgação de informações técnicas”; e “promover a aproximação e o intercâmbio dos interessados nesses Estudos” (ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1968, p. 5). Esta proposta promoveu o encontro entre dissensões, como no caso das professoras Maria Clara Rezende Constantino<sup>38</sup>, para quem Introdução deveria possuir um caráter genuinamente epistemológico, abordando questões da filosofia da ciência e servindo como fundamentação

<sup>35</sup> Para uma apropriação desses debates, ver o segundo capítulo de Silva (2023).

<sup>36</sup> Para saber mais, ver; Costa, 2024.

<sup>37</sup> A maioria das regiões Sul e Sudeste.

<sup>38</sup> Então professora de Introdução ao Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Santos.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

para a ciência histórica; e Cecília Maria Westphalen<sup>39</sup>, que defendia que a disciplina deveria ser o instrumento para a renovação metodológica da História e sempre em diálogo com outras ciências sociais.

Por sua vez, na transição entre os anos 1960 e 1970 já se pode perceber mudanças no perfil dos programas de Introdução, porém, não pela via da substituição, mas sim de aglutinação de temas. Enquanto o programa de Introdução do curso de História da UFPB, de 1972, resguardava características comuns aos demais dos anos 1960 já citadas, trazia também discussões relativas à “historiografia brasileira”. Na UFAL, no programa de 1975, flagra-se a “a história política” convivendo com a já mencionada “teologia da história”.

Além disso, o que também é comum na bibliografia das disciplinas ao longo das três décadas é a presença quase invariável dos textos de Rodrigues (1949), Besselar (1957) e Glénisson (1961), dentro de um período em que títulos como “A nova história”, de Jacques Le Goff, ou “História como ciência social”, de Pierre Chaunu, por exemplo, foram sendo incorporados. Neste sentido, os programas, por meio de suas prescrições e bibliografias, funcionam como receptáculos de tensões que foram se desenrolando ao longo do período aqui em questão, efeito da pluralização de concepções historiográficas da época.

Esse cenário aqui apresentado foi diagnosticado na entrada dos anos 1980 e a *posteriori* por diferentes sujeitos. Ciampi (2000), ao reconstruir a conjuntura do curso da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, identificou lá também uma transição conflituosa entre os anos 1960 (filosofia da história) e 1970 (ciências sociais).

Já segundo Petersen (1983), os programas de disciplinas *teórico-instrumentais*<sup>40</sup> do início dos anos 1980 eram constituídos por uma aglutinação de assuntos, muitas vezes de forma desconectada e excludente:

O que se verifica, em geral, é que as disciplinas veem o processo de produção do conhecimento histórico em esferas autônomas, fragmentando o processo cognitivo do todo social e impedindo assim a percepção de suas instâncias fundamentais, dificuldades, problemas não resolvidos etc. Certamente uma prática docente com essas características não pode sequer se encarregar de apresentar ao aluno o problema da produção do conhecimento histórico [...] [Tradução livre] (PETERSEN, 1983, p. 228-229).

De fato, no caso da IEH de 1982 da UFRN, havia no programa uma mescla entre filosofia, historiografia e metodologia, constatação que subsidia sua crítica, a qual parte do entendimento de que os professores daquele período queriam dar conta de tudo em uma única disciplina, acabando, assim, repetindo conteúdos, deixando de oferecer uma formação mais sólida aos alunos e, sobretudo, excluindo seu caráter introdutório.

Compreendo que essa aglutinação de temas abriga um resquício das cátedras: pensando no caso da UFRN, estamos a falar de uma disciplina que fora implementada, como já se viu, não por qualquer professor. Esse mérito imputado a João Wilson não lhe outorgava apenas prestígio, mas também certo capital acadêmico (BOURDIEU, 2016) e, desta maneira, é válido se questionar sobre o quão harmonioso seria modificar a

<sup>39</sup> Então professora de história moderna e contemporânea da Universidade Federal do Paraná.

<sup>40</sup> Segundo a autora, “se observarmos o conteúdo dessas disciplinas, se verificará que algumas estão encaminhadas predominantemente a formar teoricamente o aluno, enquanto outras, a adestrá-lo no uso dos instrumentos de investigação e divulgação do conhecimento” (Petersen, 1983, p. 220, tradução livre). Em seu trabalho, a categoria em questão acabava por englobar disciplinas como teoria da história, introdução ao estudo da história, métodos de pesquisa, entre outras.



composição de uma disciplina cujo programa fora elaborado por esta pessoa. Agora ampliemos tal reflexão a outras instituições, as quais poderiam ainda contar em seus quadros com professores, no início dos anos 1980, que nelas ingressaram entre os anos 1950, 1960 ou 1970, quando a cátedra ainda tinha validade, no caso das duas primeiras décadas. Recaiemos aqui na máxima de que os conteúdos, os presentes e ausentes, não refletem apenas concepções epistemológicas, mas também expressam e disputas de poder.

### Considerações finais

O que se vê é que, ao passo em que a década de 1960 nos oferece, via programas, uma leitura que constata algum grau de homogeneidade entre as disciplinas introdutórias, marcada pela história fundamentada sobre aspectos filosóficos e empiricistas, nos reserva também as primeiras divergências institucionalizadas a respeito dela.

As questões em torno de IEH atravessaram a década de 1960, portanto, não resolvidas, e logo se viu na década de 1970 a inserção de outros conteúdos da historiografia e das ciências sociais, chegando-se então à década de 1980 com uma imbricação de epistemologias, um recipiente de disputas e pouca clareza quanto aos seus conteúdos e objetivos.

Foi dentro desta conjuntura que o manual de João Wilson Mendes Melo reafirmou um modelo formativo alinhado a uma concepção filosófica da história, resgatando para o século XX perspectivas que são geralmente relegadas ao século XIX. Com uma linguagem clara e instrutiva, que busca conduzir o leitor a uma compreensão metódica e científica da história, a análise do manual revela que ele foi elaborado com o intuito de guiar o estudante no “saber-fazer” histórico, ou seja, não apenas na compreensão teórica da história, mas também na operacionalização de métodos e técnicas de pesquisa.

A obra, embora inserida em um “gênero” de manuais introdutórios, apresenta singularidades que a distinguem de outros textos do mesmo período. Estas considerações permitem que se amplie a historicidade do manual e mostre que ele faz parte de um campo de disputas, não de consensos.

### Referências

#### ANAIS DE EVENTO:

ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1, 1968, Nova Friburgo. *Anais* [...]. Nova Friburgo: Associação dos Professores Universitários de História, 1968.

SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1, 1961, Marília. *Anais* [...]. Marília: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFCL-USP, 1961. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposiosanpuh/2-snh01>. Acesso em: 18 out. 2019.

#### ARTIGO DE PERIÓDICO:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

COSTA, B. B. A. da. Um ensaio sobre o currículo do curso de História da Universidade de São Paulo e a questão do debate em torno da formação do professor-pesquisador no contexto da reforma universitária. *Revista Galo*, n. 8, p. 3–15, 28 jan. 2024.

DE JESUS, Ronald P. O fim do marxismo na historiografia brasileira? *Revista Crítica Histórica*, 11(21), 366–395, 2020.

FURTADO FILHO, João Ernani. Manuais de Iniciação aos Estudos Históricos e a questão da utilidade do conhecimento. *História Unisinos*, v. 21, n. 2, p. 179-190, 2017.

#### **CAPÍTULO DE LIVRO:**

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (org.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons; Instituto Universitário de Investigación en Estudios Latinoamericanos – IELAT, Universidad de Alcalá, 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; SOUZA, Wendel de Oliveira. O curso de História da UFRN (1956-2016): alguns vestígios de memórias e pautas para a escrita de histórias. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Universidade e ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2020. p. 252.

SANTOS, Evandro. Teoria e metodologia da História: manuais, ensino e formação de historiadores. In: COSTA, Bruno Balbino Aires da; SANTOS, Evandro; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de (org.). *Ensaio de teoria da História e história da historiografia*. Teresina: Cancioneiro, 2023, p. 51-65.

#### **ENTREVISTA:**

MELO, Carlos Henrique. *João Wilson Mendes Melo: Memória viva*. YouTube. 7 maio 2021. 14 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=28NngLUDkVE>. Acesso em: 10 fev. 2024.

#### **LEGISLAÇÃO:**

BRASIL. *Parecer n.º 377, documento n.º 11*. Brasília, DF: Ministério da Educação; Conselho Federal de Educação, 1968.

#### **LIVROS:**

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Guillermo. *Introducción al estudio de la historia*. Barcelona: Bosh Casa Editorial, 1952.

BESSELER, José Van Den. *As interpretações da história através dos séculos*. São Paulo: Herder, 1957.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. 85 p.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CIAMPI, Helenice. *A História pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: EDUC, 2000.

FREITAS, Itamar. *Uma introdução ao método histórico (1870-930)*. Aracaju: Criação Editora, 2021, 302 p.

GALVÃO, Claudio. *João Wilson Mendes Melo: vivendo e ensinando*. Natal: Offset, 2018.

GLÉNISSEON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986.

MELO, João Wilson Mendes Melo. *Introdução ao estudo da História*. Natal: PRAEU, 1982, 218 p.

MELO, João. Wilson. *Introdução ao estudo da História*. 4. ed. Natal: EDUFRRN, 1998. 224 p.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

#### **TESE/DISSERTAÇÃO/MONOGRAFIA:**

NOBRE, Clivya. *Memória sobre os outros, memória sobre si: representações sobre a prática docente no curso de história da UFRN, pelo olhar da “geração de 1976”*. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 11 n. 27, p. 92-111, jan./jul. de 2023.

VASCONSELOS, Isamara Martins. *A federalização do ensino superior no Brasil*. (Dissertação) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2007. 134 f.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Problemas de la enseñanza de las disciplinas teórico-instrumentales en los cursos de formación profesional en historia en universidades brasileñas*. 1983. 414 f. Tese (Doutorado em História) – Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1983.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. 2018. 438 f. Tese



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

(Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SILVA, Matheus Oliveira da. *Saberes da disciplina, saberes da profissionalização: uma leitura sobre a institucionalização da História por meio de Introdução ao Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Natal (1963-1968)*. 2023. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

### Notas de autoria

Matheus Oliveira da Silva - Doutorando em História pelo PPGH/UFRN, desenvolvendo a pesquisa “Currículo e disciplina: o surgimento de introdução ao estudo da história no ensino superior brasileiro (1950-1960)”. Também membro do grupo de pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais. E-mail: [matheos\\_oliveira@hotmail.com](mailto:matheos_oliveira@hotmail.com)

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SILVA, Matheus Oliveira da. Manuais, disciplinas e historiografia: o caso da Introdução ao Estudo da História (IEH) de João Wilson Mendes Melo. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 52, p. 70-89, 2025.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

Não se aplica

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

### Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### Histórico

Recebido em 27/02/2025

Aceito em 10/07/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)